

Terra e escola: duas faces da mesma luta

Elison Antonio Paim*

Maria K. Schneider**

Noeli Candatem***

Resumo

Este artigo é parte da pesquisa historiográfica “Educação no Assentamento 29 de Outubro”. Procura-se destacar a resistência e exclusão de um grupo de professoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em assentamento do município de Trindade do Sul, no Rio Grande do Sul; o confronto da Rede Estadual de Ensino e a comunidade de assentados na luta pelo programa de ensino a ser desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental Marli Rissotto Zanchet. Historiciza-se a luta pela conquista da terra e da escola pelo grupo de pais, professores e alunos.

Palavras-chave: Luta pela Terra. Conquista da Escola. MST.

Land and school: two faces the some fight

Abstract

This article part of the historiographic research “Educação no Assentamento 29 de Outubro” that we developed. We tried to point the resistance and exclusion of a teacher’s group in the MST (Landless movement) in a settle in Trindade do Sul tour, in Rio Grande do Sul, the fight between the stadual Education Net and the settlers community in the fight for the education program to be developed in the stadual Elementary School Marli Rissotto Zanchet. We historicized the fight for the land and the school conquest by the group of parents teachers and students.

Keywords: Fight for the Land. School Conquest. MST.

* Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Mestre em História pela PUC de São Paulo. Professor de Teoria e Método do Ensino de História na Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

** Professora na Rede Estadual do Rio grande do Sul no município de Três Palmeiras.

*** Professora da Rede Municipal de Ensino de Trindade do Sul –RS. Assentada do Assentamento 29 de Outubro. Viveu como integrante do MST grande parte da história aqui narrada.

Introdução

Este artigo desenvolveu-se a partir de uma pesquisa histórico-educacional realizada como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História. Construímos uma narrativa do processo de luta por terra e escola vividos por um grupo de homens, mulheres e crianças vinculados ao Movimento dos Sem Terra – MST, no município de Trindade do Sul - RS.

Para nortear o trabalho de pesquisa, o principal instrumento para coleta de informações foram depoimentos orais, gravados. Apresentávamos algumas questões-chaves para que os depoentes pudessem dar início às falas. Foram entrevistas semidirigidas, nas quais os depoentes puderam expor sobre tudo o que entenderam como necessário para esta pesquisa. Portanto, a busca foi numa perspectiva qualitativa pois,

entrevistas, sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas [...]. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez (PORTELLI, 1997, p. 31).

As falas dos depoentes foram mantidas em sua originalidade. Não ocorreu a chamada textualização ou mesmo correções, pois, na sua originalidade e espontaneidade, permitem uma maior aproximação com os sujeitos. Ao trazer suas vozes, nos reconhecemos no outro, com seus universos singulares, suas marcas do social do coletivo/individual, do voluntário/involuntário, consciente/inconsciente do processo de rememoração (BENJAMIM, 1994; SEIXAS, 2001 e 2002; BÉRGSON, 1999; PROUST, 2003; HALBWACHS, 1990). Se realizássemos a correção estaríamos apagando as marcas do fazer-se, da construção de linguagem, do buscar a melhor palavra, a melhor expressão, dos regionalismos que no decorrer da narrativa são manifestados na inteireza do ser de cada um.

Outro aspecto importante que foi considerado ao gravar os depoimentos foi às memórias, neste sentido, destacamos elementos que dão à memória seu caráter de especificidade ao tratar das particularidades, ou seja, como ela é individual, como pertence unicamente a cada sujeito ao mesmo tempo em que é coletiva. Para enfatizar este aspecto da individualidade e da provisoriedade, como portadora da “marca da experiência” (SAMUEL, 1997, p.44). A especificidade da experiência pessoal que marca de maneira particular a memória, o seu aspecto de provisoriedade, ou seja, sua maneira própria de ser pensada, lembrada por cada sujeito, como e o que cada um lembra. Este ato de lembrar depende de uma série de fatores mas, especialmente o significado que tem determinada lembrança para cada sujeito.

Pensar a experiência vivida, na sua dimensão de totalidade, para além do científico e racional, pois como Benjamim defende, é preciso trazer o insignificante, o miúdo, o relegado para a história. Pensamos a produção de uma história que procurasse fugir das grandes estruturas com que geralmente é produzida a história da educação. Assim, destacamos aspectos da luta por terra e escola a partir das experiências e da rememoração dos sujeitos do processo aqui narrado.

Trabalhamos com as rememorações numa perspectiva de “trazer o passado vivido como opção de busca atenciosa, em relação aos rumos a serem construídos no presente e no futuro. Não se trata apenas de não esquecer o passado mas de agir sobre o presente”. Neste contexto, o ato de recordar é pleno de significados ao permitir ao sujeito que recorda “o reconhecimento de que a (re)constituição temporal de sua vida só adquire sentido, na articulação com a memória coletiva” (GALZERANI, 2004, p.294-295).

Trabalhar numa perspectiva que considere os depoentes como sujeitos do processo de seu fazer. Fomos levados a tomar como parâmetro as reflexões de Walter Benjamim (1986, p.115) sobre o que a modernidade capitalista fez com a experiência, assim para ele:

Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre foi comunicada aos jovens. De forma concisa, com autoridade da velhice, em provérbios, de forma prolixa, com a loquacidade, em histórias; muitas vezes com narrativas de países longínquos, diante da lareira, contados a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração a geração? Quem é ajudado hoje por um objeto oportuno? Quem tentará sequer lidar com a juventude invocando sua experiência?

Ou ainda, quando Thompson ao polemizar com Althusser e os estruturalistas nos propôs pensarmos a sociedade através das experiências, que conforme afirma, não são apenas a superestrutura da sociedade, pois “homens e mulheres experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades” (1981).

As questões levantadas por Benjamim e Thompson foram fundamentais para que pudéssemos discutir a luta pela terra e escola vivida por esse grupo de depoentes, procuramos recordar junto com eles, junto com a experiência, levando-se em consideração o que pensam, como vivem, quais experiências tem para contar, enfim procuramos construir uma narrativa não para ou sobre o movimento e sim junto com o movimento, pois uma de nós, a

professora Noeli, viveu muito do que aqui esta narrado.

Contextualizando as lutas pela terra

No Brasil, desde a chegada dos primeiros portugueses, as lutas pela terra sempre foram intensas. Inicialmente, foram os índios depois os escravos que organizaram resistências e os quilombos. No Império, foram movimentos como a Cabanagem, a Balaiada, a Sabinada que, de uma forma ou outra, estavam ligados às lutas pela posse da terra. Na República, foram vários os movimentos como Canudos e Contestado.

Entre 1950 e 1964, viveu-se uma nova fase na luta pela terra no Brasil, denominada Reforma Agrária, provocando sérios conflitos armados. No Rio Grande do Sul, surgiu o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) que, sob influência do PTB e do então governador Leonel Brizola, procurava mobilizar os camponeses gaúchos para ocupações de terra, conseguindo que o governo Federal desapropriasse diversas fazendas.

Depois do golpe militar de 1964, intensificou-se a repressão e a prisão de lideranças. Porém, não conseguiram acabar com a organização dos trabalhadores nem ocultar a necessidade de uma Reforma Agrária. Conseguiram sufocar a organização temporariamente. Até que, em 1978, aconteceu um conflito de terras entre os índios Kaingang e os posseiros que haviam ocupado a reserva indígena de Nonoai – RS, há vários anos. Os índios expulsaram de suas terras 1400 famílias de pequenos agricultores. Muitas dessas famílias migraram para as cidades em busca de emprego, outras resolveram permanecer na região e lutar pela posse de um pedaço de terra.

O grupo que permaneceu na região procurou ajuda percorrendo os municípios, porém as autoridades nada fizeram por eles. Sem ter para onde ir, conscientes de que deviam agir rapidamente, começaram a organizar-se com a ajuda de Arnildo Frithsen, pároco da paróquia de Ronda Alta - RS, e outras pessoas que conheciam a região e sabiam de grandes áreas de terras do Estado que eram arrendadas a granjeiros, e, assim, orientaram os camponeses a ocupar as fazendas Brilhante e Macali, propriedades do Estado localizadas no município de Ronda Alta.

A ocupação aconteceu na madrugada do dia 07 de setembro de 1979, com 110 famílias. A polícia e o governo estavam contra. Os fazendeiros reclamaram, a imprensa criticou, mas o direito à terra para quem nela trabalha falou mais alto. A dignidade e a necessidade dos trabalhadores foram muito mais fortes que todas as pressões. Então, o governador da época liberou as fazendas para os agricultores. Outro grupo acampou na beira da estrada no acampamento Encruzilhada Natalino. Começavam a surgir as primeiras lideranças no Movimento Sem Terra e reiniciava a luta pela terra no Rio Grande do Sul.

A partir de então, surgiram vários acampamentos e ocupações de fazendas, dentre elas a Anoni, situada no município de Sarandi – RS. Era uma área de 8800 hectares, que durante 14 anos esteve na justiça, em processo de desapropriação. Na noite de 29 de outubro de 1985 foi ocupada, inicialmente, por 1500 famílias oriundas de 32 municípios do nordeste do Rio Grande do Sul. O número de famílias chegou a 8000 em pouco tempo.

Nesse momento, narramos parte da luta travada para a construção da escola, as dificuldades quanto à falta de um espaço físico para a escola, a indisponibilidade das secretarias de educação estadual e municipal em aceitar a existência da escola, a exclusão das atividades escolares das professoras ligadas ao movimento e a perda da autonomia pedagógica pelo movimento, quando o estado assumiu a estrutura e organização da escola.

Contextualizando as lutas pela escola

No acampamento, para melhor organizar, as pessoas foram divididas em núcleos de 10 ou 20 famílias. Os núcleos tinham a responsabilidade de controlar as necessidades básicas como alimentação, saúde, higiene, água e segurança para o grupo.

Com a divisão das famílias em núcleos foi possível saber o número exato de pessoas e a faixa etária de cada um. Já no início, percebeu-se um grande número de crianças em idade escolar que estava no acampamento fora da escola. Através de um sistema de som existente no acampamento, convidaram-se pessoas que estivessem dispostas a prestar serviços no campo educacional junto a essas crianças.

Apresentou-se um grupo de 15 pessoas mais ligadas à catequese, neste grupo, havia diversas pessoas com experiência em sala de aula, mas desempregadas por perseguição política e outros motivos. A este grupo chamou-se de equipe de educação que, em seguida, fez um levantamento no acampamento.

Em conjunto, os pais e a liderança dos núcleos iniciaram as discussões para encontrar uma forma de conseguir uma escola, todos os dias se reuniam para diálogo e atividades, cada dia que passava a preocupação era maior, o número de crianças estava aumentando pelo fato de o ano letivo chegar ao término e das crianças, que haviam ficado com parentes e amigos, voltavam para junto de seus pais no acampamento.

Em assembléia, decidiu-se que uma comissão de pais, professores e crianças iriam até a prefeitura de Sarandi reivindicar uma escola, ainda no mês de dezembro e com bastante morosidade tiveram uma resposta positiva. A partir de então, a grande dificuldade foi conseguir o material escolar que, aos poucos foi sendo adquirido através de doações de entidades e pessoas solidárias. De

acordo com o que nos relata o assentado e membro da C.P.M. na época, o senhor Jairo Antônio Tagliari: “Uma parte vinha dado... equipe e nós também dava um jeito de comprá através do nosso trabalho... que se trabalhava para conseguir comprar e se manter lá”.

Construir um prédio? No início, nem pensar! A escola teve início no dia 02 de maio de 1986, em um barracão de lona. A escola recebeu o nome de Jair de Moura Calixto, era composta por um quadro de 21 professores municipais e quatro professores estaduais. Todas as professoras possuíam experiência em sala de aula com formação em cursos de Magistério ou segundo grau.

Quem selecionou o quadro de professores foi a prefeitura municipal de Sarandi. Todas as professoras precisavam comprovar que haviam atuado em sala de aula nos órgãos públicos de onde eram originárias quando chegaram ao acampamento.

Tudo era decidido em conjunto, construíram uma proposta pedagógica voltada à realidade, com seleção de conteúdos que viessem a auxiliar na construção de um novo tempo que estava iniciando com a certeza de que a educação era:

um processo pedagógico que se assume como política, ou que se vincula organicamente com os processos sociais que visam à transformação da sociedade atual, e a construção cujos pilares principais sejam a justiça social, a realidade democrática e os valores humanistas e socialistas (Caderno de Educação do MST, nº 8 p.06).

A secretária de Educação de Sarandi deu autonomia para que o grupo apresentasse as propostas pedagógicas pretendidas como base curricular. O planejamento passou pela supervisão municipal, que aprovou com elogios. Após muita organização e estudo, os integrantes do movimento chegaram a um consenso de que deveria ser posta em prática uma educação libertadora.

A experiência de morar em barracos apontava uma esperança de dias melhores, com conquistas, mas estudar em barraco é muito desumano. Por isso, a equipe de educação decidiu lutar por escolas estaduais, já que o grupo estava distribuído em 16 glebas por toda a fazenda. Com muita dificuldade, conseguiram sete escolas estaduais para o acampamento que, conforme os assentamentos fossem acontecendo, automaticamente as escolas seriam removidas para as novas comunidades a serem formadas. O prefeito de Sarandi, senhor Ilário Francisco Salvatori, também requereu para a gleba de número 10, local onde aconteceu o acampamento inicial, um prédio pré-moldado.

Mudanças na estrutura do estado: problemas à vista

Logo após a conquista das escolas estaduais pelo movimento, o

governador do estado, Pedro Simon, extinguiu o Programa Emergencial do Magistério – POEM, através do qual a prefeitura de Sarandi era subsidiada para atender às necessidades da educação do acampamento. Com a extinção do POEM, foi implantado o Quadro de Pessoal por Escola – QPE, em 1987.

Com esta mudança nas escolas estaduais, só atuariam professores concursados e nomeados. Os professores que atuavam em locais que não condiziam com funções para as quais haviam sido concursados foram obrigados a voltar para a sala de aula.

Essas mudanças acarretaram na destituição de 21 professoras que estavam contratadas pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, amparada legalmente através do POEM.

Com a destituição das professoras vinculadas ao movimento, um grupo de professoras da cidade de Sarandi prestes a aposentarem-se, assumiram as escolas do acampamento. O interesse maior das professoras em assumir as turmas nas escolas do acampamento foi porque, graças à luta do MST, as escolas de acampamentos e assentamentos no Rio Grande do Sul têm adicional salarial de 100% devido ao difícil acesso.

A escola que a prefeitura construiu na gleba 10 empregou várias professoras que estavam sem emprego com uma diretora bem tradicional, com uma vigilância e supervisão rigorosa. A luta do MST sempre foi marcada pelo conflito e a contradição. Em um acampamento, fato ilegal, perante o sistema capitalista, a escola é oficial e deve funcionar na forma da lei, portanto as professoras deveriam ter habilitação. Nem todas as professoras do movimento possuíam formação em magistério, grande parte concluíram o segundo grau como auxiliar de escritório ou outros cursos técnicos. Por isso, começaram a discutir alternativas possíveis, uma delas seria a formação das professoras.

Buscaram, então, a assessoria das universidades, a universidade de Erechim - URI auxiliou com duas professoras, Roseli Salet Caldart e Neli Zaffari. Nesse período, já estavam acontecendo os primeiros assentamentos na região de Porto Alegre e Cruz Alta. Precisavam responder as questões fundamentais: que educação queremos para nossas crianças? Como desenvolver esta educação em nossas escolas se as salas de aula estão em mãos de professoras não comprometidas com a nossa luta?

A equipe de educação possuía idéias claras e concepções definidas, em conjunto com a assessoria as propostas foram sendo encaminhadas. Entre os dias 9 e 11 de dezembro de 1988, no município de Palmeira das Missões, aconteceu o I Encontro Estadual de Professores Assentados e Acampados, onde foram apontados as principais necessidades, problemas e desafios para as escolas do MST. Neste encontro, o setor de educação se propôs a agir nos próximos dois anos em torno de cinco programas básicos: implantação de novas

escolas nos assentamentos e melhoria das condições das escolas já existentes; titulação e formação de professores; qualificação das equipes estaduais e regionais de educação; escola e participação da comunidade; escola e trabalho.

Havia, no município de Braga, região Celeiro do estado do Rio Grande do Sul, uma estrutura enorme, desativada a vários anos da Congregação dos Oblatos de São Francisco de Salem. Em três Passos, a Escola Normal Magistério das irmãs e o Colégio Espírito Santo, estava também sendo desativado ou fechado por não haver interessados em cursar magistério. O frei Sérgio A. Gorgem conhecia a realidade e entrou em contato com a Congregação, conseguiu que as irmãs cedessem uma extensão para o município de Braga. O padre Paulo Seriole, sendo da Congregação dos Oblatos, intermediou e conseguiu alugar toda a estrutura do antigo seminário para o movimento, inicialmente por um período de 10 anos.

Com dificuldades financeiras e burocráticas, o movimento conseguiu alugar a estrutura de Braga e fazer funcionar o curso de Titulação de professores. O curso teve início em 5 de janeiro de 1990. A primeira turma a chegar no velho casarão foi o grupo de professoras acampadas que estavam fora das escolas. Dia 02 de janeiro começaram a organizar, limpar e dar vida àquela casa, tornando um ambiente em que as pessoas que lá chegassem se sentissem bem. Este curso, por opção, era crítico e se identificava com as lutas populares. Inicialmente haviam comentários destrutivos e muita curiosidade por parte da elite da região. Mas, no andar do curso, os próprios professores do município de Braga e dos municípios vizinhos, que passaram a estudar junto com os do movimento, testemunhavam o contrário.

Em 1992, formava-se a primeira turma de professores acampados, já com a participação de vários homens assentados se formando para atuar em escolas de assentamentos, e muitos professores dos municípios da região próxima de Braga.

No dia 17 de dezembro de 1991, um grupo de acampados chegou a Trindade do Sul para ser assentado na terra prometida, então denominada, Assentamento 29 de Outubro. O grande grupo já havia iniciado as discussões e o plantio em alguns recantos da fazenda, que parte era mato, envernada, e a maior parte havia plantio de soja. Conseguiram produzir, neste final de ano agrícola, alguns produtos de subsistência como milho, feijão, arroz e construção de uma horta. Havia um grande projeto, porque não dizer um sonho, que era a cooperativa planejada no acampamento que foi a proposta de trabalho mais bem elaborada quase que de todo o acampamento. Construíram a Cooperativa de Produção Agropecuária de Trindade do Sul - Coopratrisul. Inicialmente, todo o trabalho era coletivo, as decisões eram tomadas em conjunto.

Além da Cooperativa, a educação era um dos assuntos que sempre esteve em pauta e preocupava muito, pois no grupo haviam 53 crianças em

Terra e escola: duas faces da mesma luta

idade escolar. O grupo escolheu uma comissão de pais que compunham o círculo de pais e mestres - CPM, para negociar com as autoridades. Estes pais foram até a prefeitura várias vezes, conseguiram uma extensão municipal da escola mais próxima ao assentamento que era a escola da Linha Baú I. Em 1992, foi construída no assentamento uma escola galpão cheia de buracos conforme revelou a ex-professora Maria Oneiva Haack:

A luta pela escola foi em conjunto, foi de todos, com muitas reuniões e organização a gente fez o levantamento das crianças para ver o número, a necessidade e a quantidade de crianças que havia sem aula, e aí se começa uma busca, uma luta né, para se conseguir a escola. No começo foi difícil, mas depois vendo o grande número de crianças que tinha, a gente conseguiu, através da prefeitura de Trindade do Sul e o governo do Estado a gente conseguiu a liberação de uma escola improvisada, extensão de outras escolas para gente lecionar.

A escola funcionou neste ano em precárias condições, num barraco onde chovia dentro, os alunos e os professores enfrentaram muitas dificuldades, como escreve o professor Milton em poema publicado na agenda escolar dos alunos de 1992:

Aulas num barracão, salas cheias de frestas;
O material caía no chão no inverno...
Nem gosto de me lembrar...
Quando chovia...
Lá dentro era uma chuva.
Embaixo da escola a enxurrada
Levava tudo até a escada.
O material que caía não se achava
Tudo sumia como barcos de papel

A criação da escola definitiva era uma necessidade urgente para a comunidade e a educação destas crianças, por isso precisava ser levada a sério. Em 1993, foi criada a escola estadual, segundo a agenda escolar:

Em 25 de Fevereiro foi criado algo para a história.
O estado criou a escola.
Fato que nos deixou faceiros.
Acabou a transição e também a extensão.
Agora somos escola.
"Dizem: chegou a hora"
(Professor Milton Luis Puton)

Haviam quatro professoras assentadas, todas com Magistério, duas

foram contratadas pelo Município e as outras duas pelo Estado, todas em caráter emergencial. A escola começou a funcionar da pré-escola à sexta série do ensino fundamental. Os saberes que se construíam eram de uma educação voltada a realidade dos alunos, porque ninguém poderia conhecer melhor as crianças com suas dificuldades, inquietações, do que quem acompanhou a luta passo a passo, conforme nos relata a professora Angela Tolotti:

Procurava-se ensinar aquilo que servisse para a vida no assentamento, sempre fazendo a memória, ligando o passado com o presente e preocupados com um futuro transformado e melhor. A administração elogiava o nosso trabalho dando a maior força para continuar assim e passar esses métodos para a Rede Municipal, sempre lembrando que a realidade do assentamento não era a mesma de Trindade.

O grupo já havia ensinado em uma escola barraco no acampamento da Annoni. Queriam algo melhor que um galpão rústico... O município não tinha condições de oferecer uma escola melhor no momento. Então, em assembléia, a comunidade decidiu lutar por uma escola estadual que é a proposta do movimento junto com a formação de professores para que nos assentamentos atuem professores assentados, pois estes são conhecedores da realidade e sabem o objetivo claro da luta.

A comissão comunicou à Secretária de Educação Municipal sobre a necessidade de construção da nova escola, aquela aceitou e levou a decisão em frente junto com os pais. Entre o Estado e o Movimento Sem Terra havia uma divergência muito grande, o Estado não pode negar o direito da escola, mas novamente exigiu professores estaduais concursados e nomeados na forma da lei. Sabendo que as professoras assentadas naquele município não possuíam graduação o Estado exigia, e exige, tal critério, mas não ofereceu condições para professor algum estudar.

Com isso, repetiu-se a exclusão do acampamento da Annoni. As quatro professoras foram demitidas. O pessoal do Município enfrentou e discutiu com a delegada de ensino, defendendo que as professoras assentadas faziam um bom trabalho, eram capazes e, portanto, deveriam continuar na escola, mesmo estadualizada. No ano de 1993, professores do Estado assumem a escola. A educação passou a ser padronizada, baseada em livros didáticos e, tradicional, os alunos voltaram a serem educados.

Como resistência, as professoras assentadas iniciaram as aulas trabalhando um mês sem receber, como forma de pressionar para que não deixassem a escola, pois haviam construído um projeto em nível estadual e também nacional, pelo fato de a educação do movimento ter uma proposta única. Os pais dos alunos queriam que as professoras do movimento continuassem trabalhando na escola, mas havia uma preocupação séria: não perder o ano

letivo de seus filhos. A reação maior foi das crianças que não queriam ir para a escola com as professoras do Estado.

Mesmo com o apoio da comunidade, as professoras assentadas não conseguiram atuar na escola e realizar um trabalho voltado à realidade como pensavam fazer, já que haviam se preparado para isso, mesmo morando na comunidade. Várias são as versões sobre esta exclusão das professoras assentadas. Segundo o assentado Valdomiro Bosa:

Os professores foram excluídos por causa da perseguição política, por causa da má fama vista no Assentamento [...] por causa do concurso público [...] por causa que não queriam que se incrementasse aqui um trabalho voltado a realidade do MST. [...] houve exclusão na época por parte dos governos municipais e estaduais, para que não se construísse no Assentamento uma política resistente.

Quando deixaram a escola, procuraram colocar na direção um professor de confiança do movimento. Procuraram, mas não tiveram chance de colocar ninguém da comunidade para trabalhar na escola. A direção, em primeiro lugar, procurou colocar seus familiares e amigos íntimos, negando que essa escola é fruto de uma luta muito sofrida. A comunidade perdeu a autonomia.

Atualmente a escola do assentamento é uma escola de primeiro grau completo, chama-se Marli Rissoto Zancheti. Nome de uma companheira de luta que acampou em 1985 com as 1500 famílias. Em 1985 ela havia casado com Leoniz Zancheti, com 20 anos teve dois filhos, Francieli e Daniel. Marli sempre foi uma mulher alegre, corajosa e lutadora. Ao chegar no assentamento teve uma doença incurável e, em dois meses veio a falecer. Ela atuou na organização das mulheres e como catequista. Em homenagem a ela a comunidade, em assembléia, decidiu colocar o seu nome na escola, por ser a primeira pessoa a falecer e pelo papel que ela desempenhava na comunidade.

Considerações finais

Como vimos, vários fatores contribuíram para que o trabalho iniciado tivesse fim, pois a educação do Assentamento 29 de Outubro, assim como as diretrizes gerais da educação do MST, preocupavam-se com o bem-estar comum, não deixando de lado as experiências sofridas dos acampamentos.

Por outro lado, ao narrarmos esta experiência vivida pelos pais, pelos alunos e professoras, evidenciaram-se inúmeras contradições de nossa sociedade que, ao mesmo tempo em que existem grandes latifúndios, existem aqueles que lutam por um pedaço de chão; enquanto em grandes centros existem grandes escolas modernas, equipadas com altas tecnologias, no campo, as escolas de lona, em galpões e todo tipo de espaços inadequados para o funcionamento de

Elison A. Paim - Maria K. Schneider - Noeli Candatem

escolas; enquanto nos grandes centros, professores com habilitações, no campo estão aqueles professores que se fazem na prática ou enfrentando toda sorte de adversidades. Percebemos, enfim, que tanto a terra quanto a educação são campos de lutas por diferentes valores, sonhos, perspectivas, expectativas... Estão em disputa, diferentes modos de vida que se traduzem para além dos aspectos econômicos de nossa sociedade.

Fontes

Agenda Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Marli Rissotto Zanchet, 1999.

Ata nº 06/93 do conselho escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental Marli Rissotto Zanchet

Cadernos de Educação do MST, nº 8, 1999.

Entrevista realizada com o Assentado Ednilson Rissotto em maio de 2001.

Entrevista realizada com Jairo Antonio Tagliari.

Entrevista gravada no Assentamento 29 de outubro com a ex-professora Ângela Maria Tolotti em 20 de Setembro de 2000.

Entrevista gravada com Maria Angélica Vigne dia 09 de Novembro de 2000 em Trindade do Sul.

Entrevista realizada com a ex-professora do Assentamento Maria Oneiva Haack, em Janeiro de 2001.

Entrevista realizada com Valdomiro Bosa em Agosto de 2000.

Livreto, 100 anos de retomada. MST.

Referências

BENJAMIM, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERGSON, H. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Política e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALEAZZE, H.; MAZUTTI, E. **Assentamento 29 de outubro de Trindade do Sul**. Chapecó. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da UNOESC. 1993.

GALZERANI, M. C. B. Memória, histórias e (re) invenção educacional: uma tessitura coletiva na escola pública. In: MENEZES, M. C. (Org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 287-330.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1999.

KRAMER, S. **Por entre as pedras**: arma e sonho na escola. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARCON, T. **Acampamento natalino**: história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **PROJETO História** – 14. São Paulo: Educ, 1997.

PROUST, M. **No caminho de swann**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

SAMUEL, R. Teatros da memória. In: **PROJETO história** – 14. São Paulo: Educ, 1997.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

_____. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção. In: **PROJETO história**. São Paulo: EDUC, 2002.

STRAPAZZON, J. P. **E o verbo de fez terra**. Chapecó: Grifos, 1997.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.

Correspondência

Elison Antonio Paim - Rua Comandante Carlos Pinho 47D, Aptº. 501. Centro -Chapecó -SC, CEP: 89802-425.

E-mail: elison@unochapeco.edu.br

Recebido em 05 de novembro de 2007

Aprovado em 21 de fevereiro de 2008